

João Fragoso & Nuno Gonçalo Monteiro

♦ ORGANIZADORES ♦

UM REINO

e suas
**REPÚBLICAS NO
ATLÂNTICO**



*Comunicações políticas entre
Portugal, Brasil e Angola nos
séculos XVII e XVIII*



CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro
(organizadores)

Um reino e suas repúblicas no Atlântico

Comunicações políticas entre Portugal,
Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII

1ª edição



Rio de Janeiro
2017

Copyright © dos organizadores: João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro, 2017

Diagramação

Aline Martins | Sem Serifa

Imagem de capa

Montagem a partir de: "A general view of the city of Lisbon, the capitel the of Portugal/Vue general de Lisbonne ville, capital du Portugal" [Representação, invertida, da topografia da cidade antes do terremoto], [s.n.], 1760, Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <<http://purl.pt/4857>>. Adaptada. Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), disponível em <<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>>; brasão cunhado em moeda de 320 réis, Portugal, 1790; Mapa-múndi. Nicholas Visscher, Amsterdã, 1652. © Marzolino/Shutterstock

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R295 Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII / organização João Fragoso, Nuno Gonçalo Monteiro. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-200-1269-7

1. Portugal - História. 2. Angola - Colonização - História. 3. Brasil - Colonização - História. 4. Portugal - Política e governo - História. 5. Angola - Política e governo - História. I. Fragoso, João. II. Monteiro, Nuno Gonçalo.

15 22881

CDD: 967.9
CDU: 94(679)



Todos os direitos reservados. É proibido reproduzir, armazenar ou transmitir partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Um selo da

EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA.

Rua Argentina, 171 - Rio de Janeiro, RJ - 20921-380 - Tel.: (21) 2585-2000

Seja um leitor preferencial Record.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002

Impresso no Brasil

2017

GUERRA E ASSUNTOS MILITARES

Roberto Guedes Ferreira e Mafalda Soares da Cunha

INTRODUÇÃO

Experimental, este capítulo analisa os temas bélicos e militares na comunicação política; para sua operacionalização elegemos áreas por disponibilidade documental. Nas conquistas, valemo-nos, com base na documentação avulsa do AHU e em amostragens temporais, das capitânias de Angola, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro; e no reino, via documentação camarária, das municipalidades de Faro, Viana do Minho, Évora, Vila Viçosa e Ponta Delgada. Considerando a amplitude temporal e a diversidade espacial do elenco, dividimos o texto em três partes, a saber: 1) natureza da guerra no reino e nas conquistas, nomeadamente as guerras terrestres, relacionando-as à dimensão dos poderes e a competências jurisdicionais;¹ 2) fluxos de comunicação e conjunturas; e 3) a comunicação política propriamente dita nos momentos de paz e de guerra, pontuando as intensidades do tema e os diversos agentes que aludiram ou silenciaram sobre a matéria.

Cumprе salientar que os períodos de amostragem são os definidos pelo projeto, e a sua justificativa foi já explicitada nos capítulos introdutórios deste livro. As exceções são o caso de Pernambuco, para onde não se recolheu informação para 1680-1700 e 1785-1795, e Maranhão, sem dados recolhidos para 1690-1700. Alerta-se ainda que para Angola não há documentação para 1640-1644.

Uma outra ressalva diz respeito à caracterização do teor das correspondências. Os requerimentos de nomeações de postos militares, ou as próprias nomeações, foram por nós considerados assuntos militares. Muito provavelmente, tratamos de provimentos de tropas pagas e de linha, pois em muitas ocasiões não é possível identificar o tipo de tropa. Note-se, ainda, que existem muitos tópicos conexos com a defesa que, na base de dados com a qual trabalhamos, não estão classificados como assuntos militares, como é, por exemplo, o caso das obras ou dos problemas de abastecimento em que tantas as vezes a questão defensiva se cruza. De igual modo, no caso do reino, há certos tipos de privilégios que alguns municípios invocam para obviar às despesas provocadas pelo aboletamento das tropas que não estão aqui contabilizadas. Para não falar já da fiscalidade, evidentemente cata-

pultada pelo custo das exigências militares no terreno, que também está excluída dos cálculos efetuados neste capítulo.

NATUREZA DA GUERRA NAS CONQUISTAS E NO REINO

Combinadas com a guerra marítima ou não, as guerras terrestres nas conquistas podem ser consideradas ofensivas (ou de conquista), defensivas (ou de pacificação) ou mercantis, embora essa divisão nem sempre surja claramente delineada. Esse tipo de classificação inicial visa perceber quais foram as características, as alterações na natureza e nos objetivos da guerra, sobretudo no decorrer do século XVIII, e permite-nos sublinhar uma maior "profissionalização" militar (no sentido de car-reiras militares) e um reforço das orientações emanadas pela Coroa na organização do setor castrense.²

No que respeita às guerras defensivas, vale assinalar os momentos mais relevantes. Assim, na centúria de Seiscentos, em Pernambuco da Restauração (1640-1660) e em Angola (1645-1656), os assuntos bélicos e militares foram majoritários no conjunto da documentação recolhida, mas, comparativamente, pouco se adiviu a eles na Bahia, no Maranhão e no Rio de Janeiro. É evidente que, embora holandeses tivessem também atuado na Bahia, o impacto maior foi em Pernambuco. A questão da expansão para a região Sul que se inicia no último quartel do século XVII em torno da Colônia do Sacramento combina uma dimensão de conquista com uma vertente defensiva em face das ambições de Espanha. Acreditamos que a sua configuração foi muito marcada pela forte intervenção política, sobretudo dos governadores.³ Em qualquer caso, a não coincidência dos recortes cronológicos definidos para a recolha da documentação com os picos de conflitualidade luso-espanhola nessa região impede uma observação aprofundada do impacto desse confronto na comunicação política.

As guerras ofensivas de conquista da nobreza da terra, munida de suas fazendas e escravos, relacionadas a prestações de serviços e a mercês, tão comuns no século XVII,⁴ retrocederam no Setecentos, passando a predominar outras tropas, inclusive regulares e pagas. Porém, se a guerra ofensiva de conquista se fecha no Rio Setecentista - combate a índios hostis, expulsão dos franceses, por exemplo -, ela se expande na Angola de meados a fins do século XVIII, umbilicalmente atrelada ao tráfico de cativos e em meio à tentativa de territorialização, quando pululavam confrontos com os Mossulos (ou Mossuis), Kissamas, dentre outros.⁵ Exemplar nesse sentido foi o efetivo militar, quase todo africano, de 5.453 combatentes, que se arremetia em 1793 para "castigar os rebeldes Namboangongo, Quinquengo, Lundo e Zala" os mais até a Jinga e Hólo.⁶ Logo, a tendência de alta do assunto militar no último

quartel do século XVIII nas capitâncias fluminense e angolana se deve a motivos diversos. Ainda assim, no geral, o século XVIII foi de relativa estabilidade; sendo no entanto de sublinhar que, nas conquistas, as pautas militares e de guerra foram bastante condicionadas pelos particularismos das conjunturas locais.

No período pós-restauração, as guerras que ocorreram em solo reino foram eminentemente defensivas e enfrentaram inimigos externos. O principal conflito nesse quadro cronológico foi a Guerra da Restauração, que se prolongou desde 1641 até 1668. O contexto político de recuperação da autonomia política por parte de Portugal a par da duração do conflito explica que os meados do Seiscentos tenham sido uma conjuntura singular para a monarquia portuguesa. Como é bem conhecido, a Guerra da Restauração teve a atividade militar mais significativa concentrada na fase final das hostilidades, e afetou todas as zonas fronteiriças. Assumiu, no entanto, especial relevo nas províncias do Alentejo e da Beira. A região algarvia, embora não tenha sofrido muita "guerra viva", sentiu permanentemente o peso da ameaça espanhola em torno de uma costa que, pelas suas características físicas, era muito vulnerável. Foi no quadro dessa grande ameaça exterior que o novo rei criou uma série ampla de novas instituições e procedimentos ligados à defesa militar, como o Conselho de Guerra, as vedorias, o governo das armas, entre outros.⁷ E, como veremos depois, esse novo modelo institucional teve repercussões nos circuitos da comunicação.

Os períodos de guerra subsequentes desencadearam-se mais em resultado do jogo de forças entre as potências europeias do que propriamente por interesses ou pretensões diretas sobre o território do reino. Foram eles a Guerra de Sucessão de Espanha (1703-1714) e a chamada Guerra Fantástica no quadro da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Os desdobramentos em Portugal da Guerra de Sucessão de Espanha tiveram hostilidades abertas, sobretudo nos anos 1704-1706, novamente na raia das províncias do Alentejo e da Beira. Portugal integrou um exército multinacional que, após sucessos na fronteira, penetrou em Espanha alcançando Madri (1706). Houve ainda uma marcante participação portuguesa na Batalha de Almansa, no reino de Valência (1707). Já a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) teve um episódio militar em território reino através da invasão espanhola com apoio dos franceses. Desenvolveu-se sobretudo na segunda metade do ano de 1762, quando o exército franco-espanhol entrou por Trás-os-Montes e seguiu pela Beira até o Sul, perto do Tejo e Lisboa. Os recontros foram sobretudo ações de guerrilha conduzidas pelas milícias locais. Como se percebe pela cronologia dos conflitos, o século XVIII foi majoritariamente um século de paz no reino.

Existem ainda conflitos militares no início do século XIX. A Guerra das Laranjeiras em 1801, quando, entre outros, estava em causa Olivença e que correspondeu a uma invasão do território pelo Alentejo com ocupação de algumas praças

alentejanas. A derrota dos portugueses foi pesada, embora o conflito fosse curto: cerca de um mês. Embora já no final do período em análise, vale ainda mencionar a invasão francesa em novembro de 1807, que pouca resistência terá encontrado por parte das forças portuguesas.

Assim, os conflitos observados em Portugal foram curtos e com um impacto limitado, o que nos permite apontar que os assuntos militares em solo de Portugal se desenrolaram essencialmente em tempo de paz e não motivados por pressões defensivas. De resto, Portugal teve muito menos anos de guerra na Europa de Setecentos que a generalidade das médias e grandes potências coetâneas. É claro que, como cabeça de uma monarquia pluricontinental, tinha também responsabilidades defensivas sobre o conjunto das conquistas, mas, como se disse, essa questão teve impactos sobretudo na tropa regular e paga e, ainda em matéria de abastecimento e logística militar, e ao que tudo indica, teve uma intensidade maior no Setecentos.

FLUXOS DE COMUNICAÇÃO E CONJUNTURAS

No conjunto dos 11.495 registos da base portuguesa, os assuntos militares tratados pela correspondência representam 16%. Neles se incluem todas as questões diretamente relacionadas com o foro militar, como é o caso dos provimentos, soldos, recrutamento, contencioso militar e participações régias.

Apenas para efeitos comparativos com os demais capítulos deste projeto, os dados globais apresentados na Tabela 6.1 demonstram que a média anual da documentação registrada nas câmaras revela-nos alguma estabilidade no período pós-Restauração, com a exceção do caso de Ponta Delgada para os inícios do século XIX. Importa, no entanto, esclarecer que ela oculta grandes disparidades conjunturais nas quais o fator guerra viva adquire particular significado.

Tabela 6.1
Comunicação política sobre assuntos militares no reino

	1620-1640		1641-1699		1700-1799		1800-1808		Total	
	Nº	Média Anual	Nº	Média Anual	Nº	Média Anual	Nº	Média Anual	Nº	Média Anual
Viana	65	3	37	0,6	288	2,9	18	2	408	
Évora	68	3,1	206	3,4	297	3	36	4	607	
Vila Viçosa	8	0,4	107	1,8	151	1,5	14	1,6	280	
Faro	13	0,6	135	2,3	279	2,8	10	1,1	437	
Ponta Delgada	10	0,5	5	0,1	20	0,2	25	2,8	60	
Total	164		490		1.035		103		1.792	

A autonomização da comunicação registada nos três períodos de guerra viva em solo ibérico (Tabela 6.2) demonstra bastante bem o grande impacto das situações de guerra no incremento da comunicação, ao mesmo tempo que nos permite diferenciar melhor os impactos consoante as conjunturas militares. Repare-se ainda que, em termos de importância relativa, os períodos de conflito aberto das centúrias de Seiscentos e Setecentos representam cerca de 27% (475) do total da comunicação registrada sobre assuntos militares. É claro que os impactos são diferenciados por município, mas essa disparidade confirma de forma bastante evidente a já referida espacialização dos diversos conflitos ocorridos no solo rei-nol. Ou seja, o aumento médio da intensidade da comunicação com os municípios alentejanos que se verifica ao longo da Guerra da Restauração e do episódio português da Guerra de Sucessão de Espanha espelham de forma muito evidente os problemas provocados pelas ameaças militares na região do Alentejo, enquanto o débil aumento da correspondência recebida em Faro entre 1640 e 1668 corrobora a sua marginalidade em face desse conflito ibérico. Já a entrada na Guerra de Sucessão suscitou um acréscimo de comunicação por parte do governador do Algarve para as autoridades municipais de Faro, a fim de responder às instruções da corte de Lisboa para o recrutamento de tropas (terrestre e marinha). Não há menção à guerra no território, mas depreende-se que a ameaça externa provocou redobradas atenções relativamente à capacidade de resposta do conjunto do sistema defensivo algarvio.

A participação na Guerra dos Sete Anos surge em Viana com particular clareza. Em 23 de abril de 1762, o governador das armas da província do Minho ordenou que a câmara de Viana fizesse alarde no seu distrito, examinando todos os soldados das ordenanças capazes de pegar em armas, pois as cortes de Lisboa e de Madri estavam em "desconfianças" e temia-se que os espanhóis fizessem alguma invasão.⁹ Pouco após, foi registrado o decreto impresso de 18 de maio de 1762 com a declaração de guerra a Castela e à França, ao qual se anexou uma carta de 31 de maio de 1762 do juiz de fora de Viana, que também servia de corregedor dessa comarca, sobre a expulsão do território dos vassallos das monarquias castelhana e francesa.⁹ Atendendo primeiro ao quadro dessa ameaça, depois ao confronto aberto – alcançando os limites da província do Minho –, compreende-se o surto de nomeações para postos militares que tiveram lugar (18) e ainda as referências aos subsídios voluntários e aos tributos para financiar a defesa.

Tabela 6.2
Comunicação sobre assuntos militares em período de guerra viva

	1641-1668		1703-1706		1762		Média Global
	Nº	Média Anual	Nº	Média Anual	Nº	Média Anual	
Viana	8	0,4	21	5,3	28	28	2,1
Évora	135	6,1	56	14	4	4	3,2
Vila Viçosa	85	3,9	56	14	0	0	1,5
Faro	60	2,7	21	5,3	0	0	2,3
Ponta Delgada	1	0	0	0	0	0	0,3
Total				475			

Se o século XVIII é de relativa paz no reino, nas conquistas, as atividades militares oscilaram significativamente por capitania, mas seguindo, de um modo geral, até o penúltimo quartel do século, a tendência do reino. Até então, o tema guerra na comunicação política entre as conquistas e o reino foi pouco frequente (Tabela 6.3). Guerras de conquista intermitentes e descontinuas, atreladas ou não a assuntos mercantis, não fornecem uma cronologia precisa sobre guerras vivas propriamente ditas. Mas, decerto, houve conflitos. Por exemplo, durante a Guerra de Sucessão espanhola, confrontado com a guerra de corso e as duas invasões francesas ao Rio de Janeiro (1710 e 1711), além das várias revoltas e motins na América portuguesa, o Conselho Ultramarino foi instado a sugerir medidas e a definir políticas para a conservação dos súditos e dos domínios americanos, o que gerou grande número de consultas. Nada, no entanto, comparável a Pernambuco no século XVII nem aos confrontos contra a rainha Janga em Angola (c. 1618-1659) e os holandeses no mesmo contexto. Aliás, nem mesmo em tais conjunturas a guerra viva foi o assunto militar predominante. Assim, consoante aquele padrão de estabilidade, como veremos adiante, a guerra viva foi para menor dentre os assuntos militares.

No cômputo geral do que se enviou a partir de Portugal (1640-1795), à revelia do destinatário ser reino ou da conquista (Tabela 6.3), o total do tópico militar respondeu, respectivamente, a 32,3% no que tange à capitania de Angola, a 16,9% da Bahia, a 13,2% à do Maranhão, a 21,9% à de Pernambuco e a 19,4% em relação à capitania do Rio de Janeiro.

Tabela 6.3
Assuntos militares e outros assuntos nas correspondências enviadas pelo reino e pelas conquistas (1640-1795)

Assuntos militares e outros assuntos	1645-1656		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Total
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Angola	94	30,9	181	33,7	47	25,5	41	24,8	52	32,1	37	15,0	332	36,0	32,3
Bahia	304	100	537	100	184	100	165	100	162	100	150	100	992	100	2424
Assuntos militares	145	22,0	174	16,9	115	15,5	126	22,2	36	5,9	68	26,9	104	15,2	16,9
Total	660	100	1032	100	741	100	568	100	609	100	253	100	682	100	4545
Maranhão	1640-1656	1680-1690	1725-1726	1735-1736	1755-1756	1763-1764	1785-1795	Total							
Assuntos militares	59	21,6	24	12,8	19	15,6	14	12,5	26	13,6	15	17,2	191	11,4	13,2
Total	273	100	187	100	122	100	112	100	191	100	87	100	1671	100	2643
Pernambuco	1640-1656	1680-1700	1725-1726	1735-1736	1755-1756	1763-1764	1785-1795	Total							
Assuntos militares	135	49,3	A	A	56	14,3	47	23,4	50	13,6	11	8,4	A	A	21,9
Total	274	100	A	A	391	100	201	100	369	100	131	100	A	A	1366
Rio de Janeiro	1640-1656	1680-1700	1725-1726	1735-1736	1755-1756	1763-1764	1785-1795	Total							
Assuntos militares	107	22,1	66	18,0	61	11,3	75	18,2	67	11,0	81	23,0	427	23,9	19,4
Total	485	100	367	100	539	100	412	100	608	100	352	100	1788	100	4551

A = Não há dados tabulados para a capitania.

Por tais particularidades, deve-se atentar para diferentes cronologias, tipos e "fronteiras" de guerra. Difícil é caracterizar as naturezas dos embates ocorridos em cada contexto das conquistas. De um modo geral, em Angola, por exemplo, em função do tráfico de cativos,¹² questões que envolviam incômodos dos Mossulos na segunda metade do século XVIII interferiram mais na pauta do que explícitas alusões a "guerras vivas". Por sua vez, a conjuntura bélica europeia também pesou pouco na pauta,¹³ exceto no caso das guerras com os holandeses no Seiscentos. Mas houve outros conflitos com caráter marcadamente local, como os embates contra rainha Ijinga. Por outro lado, surpreende o silêncio sepulcral sobre Palmares na base de dados da Bahia nos períodos de 1640-1656 e 1680-1700, pois a correspondência identificada se reporta apenas duas vezes a questões que envolveram o quilombo, mas não à guerra ou à campanha propriamente. Talvez, por não serem palcos frequentes de fronteiras e de guerras vivas, como em solos reinóis, mas sim porque eram da alçada de atuação operacional de populações locais ou a cargo de outros socorros da própria América portuguesa. É interessante nesse sentido, por exemplo, que membros da elite paulista seiscentista, em comunicação com o vice-rei sediado na Bahia, tenham armado seus índios para combater os holandeses.¹⁴ O caso mais famoso talvez seja a campanha de Domingos Jorge Velho contra Palmares. Socorros intraconquististas extrapolavam a América portuguesa: tropas saídas de Salvador foram resgatar a praça de Mombaça na África Oriental seiscentista.¹⁵ Essa é a explicação para a pouca menção a guerras nas conquistas, salvo a atuação holandesa em Pernambuco e Angola. Cabe, por isso, repetir que as guerras não eram o assunto militar principal da comunicação política, mas os prêmios delas derivados: cargos, solicitação de mercês.

Nesse sentido, algo similar pode ser dito para o Rio de Janeiro setecentista, pois assuntos militares também foram mais referidos do que "guerras vivas" em torno da Colônia do Sacramento. Assim, no balanço de conjunto, demandas locais – mercês, cargos, mapas militares, apetrechos bélicos e outros – formavam a maioria dos assuntos militares. O caráter intermitente e descontinuo dos conflitos no Sul do Brasil e as forças de atuação operacionais locais talvez tenham contribuído para o silêncio sobre guerras também no Sul da América portuguesa, embora, e como se disse antes, os recortes da amostragem da documentação não sejam os mais apropriados para responder cabalmente a essa questão.

A Tabela 6.4 revela o peso dos assuntos militares no conjunto das emissões feitas apenas pelas conquistas. Nesse fluxo da comunicação, os assuntos militares atingiram até 37,1% dos assuntos tratados, com duas exceções. Essas exceções foram o contexto de Restauração em Pernambuco seiscentista e o do Rio de Janeiro de fins

do século XVIII, nos quais, respectivamente, as percentagens subiram para 53,1% e 57,3%. Vale a pena, por isso, sublinhar que esse tema esteve bem mais presente nas conquistas do que no reino, já que, como se viu, nas câmaras da metrópole não se vai além dos 16% do total da comunicação registrada nos livros.

Em termos globais, observa-se uma maior importância dos assuntos militares entre 1640-1656. Segue-se um período, entre 1680 e 1756, no qual os fluxos sobre as matérias militares declinam, recuperando-se de forma expressiva a partir de 1763. Se no primeiro período a explicação prende-se à guerra viva em que as capitânicas estiveram envolvidas contra os holandeses e concorda com os ritmos encontrados para o reino, a explicação para a subida verificada em finais do século XVIII é outra.

Para o caso do Rio de Janeiro, que apresentou os maiores índices a partir da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), acreditamos que a intensificação da comunicação se explica por ter sido elevado a sede do vice-reinado em 1763 e pelos conflitos fronteiriços no Continente do Rio Grande de São Pedro.¹⁶ Tratava-se de uma defesa preventiva, dirigida politicamente pela Coroa. Porém, mais uma vez, sem o impacto de guerras vivas a influenciá-la decisivamente. Quiçá aquela nova configuração política da capitania fluminense fez pulular nomeações de postos militares.

Já o aumento do volume de emissões em Angola entende-se pelo estuendo crescimento do tráfico de cativos e pela tentativa da Coroa em implementar, no Setecentos, uma territorialização efetiva com base nos presídios do interior - Massangano, Muxima, Pedras do Pundo-Andongo, Quissamã, Caconda, entre outros -¹⁷ embora os presídios existissem desde o século XVI. Não custa lembrar, apesar de outras formas de produção de cativos, que as guerras punitivas, defensivas e/ou de (expansão de) fronteiras do tráfico eram cruciais para fazer cativos em Angola. Eram guerras nas quais os militares, não raro filhos da terra, tinham papel decisivo,¹⁸ formando, aliás, o grosso das tropas, devido, entre outros aspectos, à altíssima mortalidade dos reinóis e mesmo de insulares e de brasileiros, em que se destacam os degredados.¹⁹ Um outro fator a explicar o caso angolano é a frequente investida de ingleses e sobretudo franceses na costa de Angola, desde o litoral norte nos portos de Ambris, Cabinda, Loango e ao sul no porto de Benguela, que a base da documentação avulsa do AHU é farta em demonstrar. No entanto e apesar dessas explicações, o Reino de Angola, bem como o Reino de Benguela²⁰ merecem ser estudados com mais atenção no âmbito da monarquia pluricontinental portuguesa.²¹ Assim, por exemplo, não é exagero afirmar que se sabe muito menos sobre as Câmaras Municipais da África Central - Luanda, Benguela e Massangano - do que sobre as congêneres em Goa, Macau, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras.²² Em termos militares, comparativamente ao Brasil, mal conhecemos como as tropas "portuguesas" (auxiliares, regulares e ordenanças) se organizavam localmente e como se mesclavam às forças militares locais (guerra preta).²³ O que constatamos neste trabalho é que a pauta militar, pelos motivos aludidos, era mais assídua em Angola.

EMISSORES E TEMAS DA COMUNICAÇÃO

Para compreender quem eram os emissores das correspondências que estamos a analisar, devemos, antes de tudo, conhecer o fluxo da comunicação política a partir de cada parte envolvida: o reino e as conquistas. As correspondências geradas e enviadas pelo reino, mesmo que fossem cartas-resposta, se dirigiam para o próprio reino ou para as conquistas? As das conquistas eram remetidas para onde? A partir das respostas a estas perguntas, analisaremos os emissores por tipo de cargo, sublinhando o papel dos militares.

Angola		1645-1656		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Total	
Assuntos militares	#	18	36,0	43	31,4	22	23,4	22	22,9	31	25,4	24	21,2	23,4	37,1	38,4	23,6
Total	#	50	100	137	100	94	100	96	100	122	100	113	100	631	100	1629	100
Bahia		1640-1660		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Total	
Assuntos militares	#	26	19,4	45	17,9	75	18,1	116	25,6	23	5,8	61	34,5	63	18	409	17,6
Total	#	160	100	296	100	490	100	454	100	398	100	177	100	350	100	2325	100
Maranhão		1640-1660		1680-1690		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Total	
Assuntos militares	#	12	18,8	5	12,5	18	17,6	6	7,1	8	7,8	10	14,7	150	10,8	209	9,8
Total	#	64	100	40	100	102	100	84	100	102	100	68	100	1386	100	2125	100
Pernambuco		1640-1660		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Total	
Assuntos militares	#	34	53,1	A	A	46	13,2	28	18,1	40	14,7	7	7,6	A	A	155	16,5
Total	#	64	100	A	A	347	100	155	100	272	100	99	100	A	A	937	100
Rio de Janeiro		1640-1660		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Total	
Assuntos militares	#	21	17,6	26	9,4	48	10,3	38	10,1	25	6,5	74	38,9	385	57,3	617	32,2
Total	#	119	100	277	100	463	100	376	100	400	100	190	100	672	100	2533	100

A = Não há dados tabulados para a capitania.

Tabela 6.4 Assuntos militares e outros assuntos nas correspondências enviadas pelas capitanias (1640-1795)

Tabela 6.5

Destino (%) das emissões das capitânias ultramarinas (1640-1795)

Período	Angola		Bahia		Maranhão		Rio de Janeiro		Pernambuco	
	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados
	A própria capitânia	Reino	A própria capitânia	Reino	A própria capitânia	Reino	A própria capitânia	Reino	A própria capitânia	Reino
1645-1656	22,4	77,6	3,5	96,5	3,2	96,8	17,9	82,1	3,3	96,7
1680-1700	32,6	67,4	2,1	97,9	5,1	94,9	12,2	87,8	A	A
1725-1726	6,7	93,3	0,8	99,2	3	97	2,8	97,2	2	98
1735-1736	12,6	87,4	0	100	0	100	0,3	99,7	2	98
1755-1756	9,7	90,3	1,1	98,9	1	99	2,6	97,4	0,4	99,6
1763-1764	5	95,0	7	93	1,5	98,5	1	99,0	0	100
1785-1795	16,6	83,4	4,6	95,4	1,1	98,9	2,1	97,9	A	A

A - Não há dados tabulados.

A Tabela 6.5 demonstra o sentido do conjunto das comunicações enviadas pelas conquistas. Os dados atestam que nem todos os documentos remetidos pelas terras d'além seguiram para o reino. Por exemplo, no período 1645-1656, 22,4% da documentação emitida pela capitânia de Angola permaneceu em Angola. Entre a documentação, ainda como exemplo, o governador Pedro César de Menezes, em 1645, nomeou Antonio Teixeira de Mendonça ao posto de capitão-mor da Gente de Cavalos e Cabo das Companhias Pagas de Toda a Gente de Guerra do Reino de Angola.²⁴ Esse documento, no entanto, não seguiu para o reino; é uma comunicação interna à capitânia de Angola.

Convém, por isso, sublinhar que uma parte da documentação emitida em cada uma das capitânias circulava dentro do próprio território ultramarino. Embora não tenha sido o caso da maioria das correspondências na generalidade das capitânias, teve bastante expressão em Angola e, nos primeiros períodos da amostragem, no Rio de Janeiro, revelando aspectos da circulação da comunicação no interior dos territórios menos atendidos pela historiografia. Um outro caso concreto foi o envio, em 1684, de uma carta do governador do Maranhão à câmara de São Luís, na qual comentava vários assuntos: a situação de miséria em que se encontrava a capitânia, as cartas do padre Antônio Vieira ao bispo do Japão, o ataque dos holandeses ao navio onde viajou Simão dos Santos, a carta do padre jesuíta Ricardo Cacheu e, ainda, umas pendências referentes à Companhia de Jesus.²⁵

A recíproca era verdadeira? Isto é: qual era o fluxo da comunicação gerada no reino e qual o peso dos assuntos militares a partir desse ponto do circuito da comunicação política?

Tabela 6.6

Emissões (%) do reino dirigidas a receptores no reino e nas conquistas (1640-1795)

Período	Angola		Bahia		Maranhão		Rio de Janeiro		Pernambuco	
	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados	Base de dados
	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino	O próprio reino
1645-1656	9,5	90,5	1,3	98,7	2	98,0	66,9	33,1	99	1
1680-1700	7,8	92,2	0,7	99,3	0	100	88,5	11,5	A	A
1725-1726	27,5	72,5	13,5	86,5	13,3	86,7	31,1	68,9	18(b)	8(b)
1735-1736	30,8	69,2	7,1	92,9	15,4	84,6	30,2	69,8	30(b)	2(b)
1755-1756	18,7	81,3	21,6	78,4	8,1	91,9	48,7	51,3	55(b)	4(b)
1763-1764	32,1	67,9	27,4	72,6	21,4	78,6	25	75	6(b)	5(b)
1785-1795	36,7	63,3	42,9	57,1	31,8	68,2	36,4	63,6	A	A

A - Não há dados tabulados.

(b) - Números absolutos.

A Tabela 6.6 demonstra que os documentos emitidos pelo reino (qualquer que seja o assunto) se dirigiam, em sua grande maioria, ao próprio reino. Por exemplo, entre 1680-1700, 99,3% das cartas sobre a capitânia baiana permaneciam em Lisboa, circulando entre diferentes órgãos da polissinodia. Um outro exemplo, mas para a capitânia do Maranhão, foi o envio de uma consulta, em 1641, do Conselho da Fazenda ao rei d. João IV sobre o valor do soldo do provedor-mor da Fazenda Real do Maranhão, que pedira aumento. Essa correspondência não seguiu para o Maranhão, e aludê apenas a uma consulta circunscrita ao reino, ainda que trate de um assunto relativo à conquista. Assim, a documentação gerada e emitida no reino, em sua esmagadora maioria, refere-se a pareceres e consultas do Conselho Ultramarino ao rei, ou, não raro, de encaminhamentos das questões aos procuradores da Fazenda e/ou da Coroa, ou, a partir de meados do Setecentos, ao secretário de Negócios Ultramarinos. Nesses casos, frequentemente tratava-se de despachos escritos às margens, nos cantinhos superiores ou laterais das folhas.²⁶

À primeira vista, parece quase um contrassenso partir dessa base de dados para um estudo da comunicação política circunscrita ao próprio centro da monarquia pluricontinental portuguesa. Mas é só aparência. Tratamos com uma documentação produzida por um órgão colegial consultivo, que, antes de enviar às conquistas, necessitava da ratificação do rei. Além disso, quando havia consulta ou parecer sobre qualquer matéria no reino, isso significava que alguma informação sobre a matéria saíra da conquista. Adicionalmente, podemos estar a enfrentar problemas de classificação nos resumos dos próprios documentos, nos quais os

despachos do rei, por exemplo, não estão especificados. Tudo isso explicará que o fluxo da comunicação emitida do reino, que detectamos nessas bases, tenha se dirigido a diferentes órgãos e oficiais do próprio reino. Mas nada disso significa ausência de comunicação entre o reino e as capitâneas. Mais ainda, os pareceres e consultas circunscritos ao reino atestam, além da comunicação, o funcionamento polissinodal da monarquia.

Compreendidas essas ressalvas para a delimitação da documentação em análise, pode-se dizer que, no reino, os maiores geradores de documentos relativos às conquistas foram o rei e, sobretudo, o Conselho Ultramarino. Mas quem abordava as questões militares?

A resposta é muito clara: quando a correspondência era remetida do reino, os que exerciam cargos de governo – rei, conselheiros do Conselho Ultramarino, secretários dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – quase monopolizaram o tema militar, e os militares em exercício no terreno pouco aludiam ao assunto (Tabela 6.7).

Tabela 6.7

Assuntos militares nas correspondências remetidas a partir do reino e por tipo de cargo (1640-1795)

	1645-1656		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Totais		
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Angola																	
Tipo de cargo																	
Governo	70	88,5	134	88,5	18	88,5	18	88,5	19	88,5	9	88,5	56	88,5	324	88,5	
Militar	4	5,0	0	0,0	6	7,5	0	0,0	2	2,5	3	3,75	13	16,25	28	35,0	
Outros	2	2,5	2	2,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	11,25	13	16,25	
Total	76	100	136	100	25	100	18	100	21	100	12	100	78	100	366	100	
Bahia																	
Tipo de cargo																	
Governo	116	97,4	125	97,4	4	97,4	10	97,4	8	97,4	7	97,4	35	97,4	305	97,4	
Militar	3	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	2,6	8	2,6	
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
Total	119	100	125	100	4	100	10	100	8	100	7	100	40	100	313	100	
Maranhão																	
Tipo de cargo																	
Governo	45	97,7	17	97,7	1	97,7	8	97,7	14	97,7	2	97,7	43	97,7	130	97,7	
Militar	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8	

	1640-1660		1680-1700		1725-1726		1735-1736		1755-1756		1763-1764		1785-1795		Totais		
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Outros																	
Total	48	100	17	100	1	100	8	100	14	100	2	100	43	100	133	100	
Pernambuco																	
Tipo de cargo																	
Governo	111	94,4	A	A	10	100	18	100	10	100	4	100	A	A	153	94,4	
Militar	5	3,1	A	A	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	A	A	5	3,1	
Outros	4	2,5	A	A	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	A	A	4	2,5	
Total	120	100			10	100	18	100	10	100	4	100	A	A	162	100	
Rio de Janeiro																	
Tipo de cargo																	
Governo	86	96,9	39	96,9	13	96,9	31	96,9	39	96,9	6	96,9	39	96,9	253	96,9	
Militar	1	1,1	1	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1	3	1,1	
Outros	1	1,1	0	0,0	0	0,0	3	3,1	0	0,0	1	1,1	5	4,8	5	4,8	
Total	88	100	40	100	13	100	34	100	39	100	7	100	40	100	261	100	

A - Não há dados tabulados.
Obs.: exclui casos de tipo de cargo ilegível.

Nas câmaras do reino, a situação era semelhante, embora menos expressiva. A Tabela 6.8 revela que os principais emissores sobre assuntos militares foram as autoridades governativas com funções militares de âmbito regional ou local, como é o caso dos governadores das armas e do governador do Reino do Algarve (22,9%), enquanto as patentes e autoridades militares que se presume estarem no terreno, bem assim como as vedórias provinciais, totalizam 11,3%. As entidades centrais da corte de Lisboa – monarca e tribunais superiores nos quais se destacam o Conselho de Guerra, a Secretaria da Guerra e a Junta dos Três Estados – totalizam um terço da comunicação registrada (33,3%). Em resultado do caráter senhorial do município de Faro e de Vila Viçosa, há que referir ainda que os donatários das Casas de Bragança e da Casa da Rainha, através das juntas de cada uma delas, emitiram 8,3% das cartas registradas, o que lhe confere uma importância significativa na gestão dos assuntos militares dos seus espaços locais, embora, na verdade, a maior parte dessa comunicação se refira a provimentos militares (112 do total de 148). Para melhor se compreender o paralelo com as conquistas antes enunciado, note-se que estas duas últimas, em conjunto com os governadores, representavam 64,5%.

Tabela 6.8
Emissores para as câmaras do reino sobre assuntos militares (1620-1808)

Emissor	Total	Porcentagem
Monarca	400	22,3
Governadores	411	22,9
Autoridades militares	131	7,3
Donatários	148	8,3
Conselho e Secretaria de Guerra	64	3,6
Câmaras e locais	93	5,2
Provedor e corregedor	23	1,3
Junta dos Três Estados	133	7,4
Vedorias	72	4,0
Outros	317	17,7
Total	1.792	100

Vale, entretanto, sublinhar alguns particularismos regionais. Dentre os governadores, é o governador do Reino do Algarve quem assume maior protagonismo nessas emissões. Com efeito, entre 1620 e 1808, só ele emite 210 cartas relacionadas ao tema, ou seja, 48% do total das cartas registradas na câmara de Faro sobre questões militares. Situação em tudo contrária aos governadores das armas que estão relativamente ausentes desse processo. Em Viana, por exemplo, o governador das armas do Minho emitiu apenas 12% das correspondências registradas nesse município, enquanto em Évora (Alentejo), tal ocorreu em 17% dos casos. A explicação para essa disparidade de participação está associada aos conteúdos funcionais de cada um deles que estão apontados no capítulo dos governadores (Capítulo 8). Há, no entanto, que assinalar que o papel do governador do Algarve em matéria de provimentos militares se reduziu nos inícios do século XVIII, depois de a Casa da Rainha assumir em pleno as suas prerrogativas donatárias.

Com efeito, em Faro, a rainha não acionou imediatamente a prerrogativa de donatária que lhe conferia os direitos de confirmação dos provimentos, optando por manter essa competência nas mãos do governador do Algarve, conforme se observa na carta de 1675, em que a princesa resolveu que o bispo que servia de governador do Reino do Algarve fizesse o provimento dos lugares de sargento-mor e dos capitães das ordenanças que estavam vagos nas suas terras,³⁷ e na de 1676, que dizia que o governador e capitão-general do Reino do Algarve fizesse provimento dos officios da milícia nas terras da princesa no mesmo reino.³⁸ Mas a situação alterou-se. Em janeiro de 1733, o Conselho de Guerra esclarecia sobre a tramitação devida relativa à provisão dos postos de alferes da ordenança e, em dezembro desse mesmo ano, o governador e capitão-general do reino do Algarve já se queixava ao Conselho de Guerra dos abusos cometidos pelos ministros da Justiça no provimento de postos das ordenanças das ter-

ras da rainha.³⁹ É um assunto que merece maior aprofundamento em análises futuras, mas, pelo aumento das emissões da rainha sobre provimentos militares, percebe-se que esta terá reativado as suas competências de donatária. Com efeito, a partir da década de 1710, o número de provimentos emitidos pelo governador do Algarve contrai-se, apresentando este uma recorrência bastante alta de provimentos apenas nos postos de bombardeiro-artilheiro que eram de tropa paga.

Por outro lado e em termos relativos, o protagonismo que o governador do Algarve tinha em face dos governadores das armas atenuou-se com a Lei de 18 de outubro de 1709.³⁰ Essa lei impôs uma revisão do processo eleitoral das ordenanças, conferindo uma maior intervenção e um maior destaque aos governadores das armas e ao Conselho de Guerra no processo de nomeação dessas milícias. Na lei sebástica, todos os oficiais de ordenanças eram eleitos pela câmara sempre na presença do corregedor. Já na lei setecentista, a tramitação da proposta, além de passar a incluir a fiscalização do governador das armas, diferenciou os procedimentos para as diferentes hierarquias militares e limitou a esfera de decisão dos oficiais municipais, pois estes, em vez de proporem um só nome, apontavam três, explicitando os méritos de cada um. No entanto, embora os governadores das armas adquirissem maior centralidade em todo o processo do provimento, não eram eles os emissores das cartas-patentes que eram registradas nos livros camarários, pelo que os provimentos não aparecem nesta base como resultado da sua ação, ou seja, no leque das cartas por eles emitidas. Em verdade, a sua esfera de atuação refere-se essencialmente ao controle dos poderes municipais e na intermediação com Lisboa. Esse acréscimo de competências não está, no entanto, espelhado na documentação recolhida, pelo que este exemplo serve com advertência para as cautelas que há que ter numa análise estritamente quantitativa da documentação.

As autoridades militares, como os governadores das praças ou as diversas partes militares, são responsáveis por 131 dessas emissões, enquanto as diversas vedorias geraram 72 provimentos de oficiais associados às questões financeiras da logística do exército. É ainda interessante sublinhar o razoável protagonismo da Junta dos Três Estados, 133, entidade responsável pela administração e gestão dos montantes necessários à sustentação do aparelho militar e a quem competia também a nomeação dos oficiais responsáveis pelos pagamentos dos soldos das tropas nas diversas circunscrições militares. Essa era a razão pela qual a maior parte da correspondência enviada por esse órgão para os diferentes municípios se referia a provimentos dos postos de almoxarife das armas e munições ou a pagador geral dos exércitos das províncias.

Retornando às conquistas, quando as cartas eram emitidas nesses territórios, nota-se que os que exerciam cargos de governo, sobretudo o governador, não tendiam a monopolizar a pauta militar (Tabela 6.9). No Seiscentos, em todas as capitânias, os interlocutores com cargos de governo tinham uma proporção mais aproximada aos

seus pares do reino quando os temas militares eram a pauta. Em alguns casos, no entanto, os ocupantes de postos militares e de outros postos até os superavam. Pernambuco, em especial, entre 1640 e 1660, assentou o tema militar sobretudo por meio dos próprios militares, justamente quando a guerra era latente nas missivas. A vacância de governo português, decerto, explica essa supremacia. Igualmente, no século XVIII, a tendência nas conquistas, em comparação ao tratamento do assunto a partir dos documentos enviados pelo reino, foi de não predomínio dos que exerciam cargos de governo em temas militares, mormente no último período da amostragem, 1785-1795. Tudo indica, portanto, que, a partir das reformas pombalinas, a tentativa de maior profissionalização das tropas no império – provavelmente devido a carreiras militares e aos formados em escolas de engenheiros³¹ – como um todo elevou os ocupantes de postos militares a interlocutores maiores dos assuntos militares.

Tabela 6.9
Pauta dos assuntos militares por capitania e tipo de cargo (1640-1795)

Angola	1645-1656		1680-1700		1725-1736		1755-1764		1785-1795		Total
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Tipo de cargo											
Governo	4	28	2	11	26	16	115	206	53,6		
Militar	2	8	14	9	4	7	109	153	39,8		
Outros	2	7	2	2	1	1	10	25	6,5		
Total	8	43	22	22	31	24	234	384	100		
Bahia											
Tipo de cargo											
Governo	16	20	23	12	11	10	4	96	23,5		
Militar	1	9	33	88	8	49	54	242	59,2		
Outro	9	16	19	15	4	2	5	70	17,1		
Total	26	45	75	116	23	61	63	409	100		
Maranhão											
Tipo de cargo											
Governo	2	2	2	1	5	8	62	82	41,6		
Militar	3	1	10	2	3	2	51	72	36,5		
Outros	4	2	5	2	0	0	30	43	21,8		
Total	12	5	18	6	8	10	150	197	100		

Pernambuco	1640-1660		1680-1700		1725-1736		1755-1764		1785-1795		Total
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
Tipo de cargo											
Governo	5	A	11	4	13	6	39	25,2			
Militar	16	A	30	22	25	1	94	60,6			
Outros	13	A	5	2	2	0	22	14,2			
Total	34	A	46	28	40	7	155	100			
Rio de Janeiro											
Tipo de cargo											
Governo	7	14	18	17	12	52	65	185	30		
Militar	2	2	21	9	9	11	224	278	45,1		
Outros	12	10	9	12	4	11	96	154	25		
Total	21	26	48	38	25	74	385	617	100		

A - Não há dados tabulados. Percentuais no período entre parênteses.

Que temas abordaram os ocupantes de cargos de governo (quase sempre o governador da capitania)? O tópico militar não foi o principal tema da comunicação, mas sem que fosse desprezível.³² No Rio de Janeiro (1763-1764), chegou-se a 33,2%, e a 32% em Angola de 1785-95. No Maranhão e na Bahia, sobretudo no Setecentos, houve pouca lida com a questão militar, reflexo, talvez, de relativa estabilidade político-militar da monarquia.³³ Vale a pena sublinhar que, nessas correspondências com o reino, os governadores não tratavam, preferencialmente, de provimentos de cargos, mas sim de abastecimento de tropas, soldos, apetrechos militares, mapas de população etc., isto é, com a logística militar. A explicação para essa ausência de referências, pelo menos no que respeita às ordenanças, surge na própria lei de 1749, quando se diz que

se não provam os ditos postos das ditas ordenanças sem precederem propostas das câmaras como se pratica no reino, e só com a diferença de que os governadores do Brasil escolherão o mais digno dos propostos e o proverão logo, mandando-lhe passar patente, em lugar da informação que os governadores das armas das Províncias do reino fazem pelo Conselho da Guerra.³⁴

Como a determinação régia deixa claro, eram os governadores de capitania quem proviam os postos, revelando que um dos temas socialmente mais disputados nas localidades recaía na esfera de decisão do governador.

Assim, cumpre lembrar que, à revelia das mudanças de prerrogativas que o Conselho Ultramarino tenha sofrido no Setecentos, cabia a esse órgão as atribuições e os

pareceres relativos aos encaminhamentos das nomeações de patentes militares nos territórios, mas, no caso do Brasil, ao que parece, em estreita comunicação com os governadores.³⁵ Os concursos para os postos de linha e auxiliar, geralmente listas triplíces de nomes de candidatos, como se vê na base de dados, recebiam os pareceres do Conselho Ultramarino. Mas não era apenas isso.

As bases de dados das conquistas demonstram que, no período 1785-1795, há 661 casos relativos a provimentos de postos militares para as capitânias ultramarinas. Entre eles, 519 foram emitidos das áreas coloniais, dos quais 502 se dirigiram ao reino. Desses 502, nenhum foi direcionado ao Conselho Ultramarino, mas ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (45) ou sobretudo ao monarca (457). A comunicação prioritária era com a rainha e em grande parte se referia a promoções na carreira militar e/ou confirmações de patentes. Os remetentes dessas correspondências eram majoritariamente requerentes de cargos militares, pois os governadores das capitânias eram apenas 26 dos signatários. A base de dados, portanto, dá conta de um circuito de comunicação dos militares ainda na lógica de mercê, mas que não é incompatível com carreiras militares nem com a atuação dos governadores das capitânias.

Um simples exemplo de nomeações de postos militares pelos governadores pode ser observado num estudo específico para Angola no terceiro quartel do Setecentos. Confirmadas ou não pelo rei, as cartas-patentes passadas nos governos de d. António Álvares da Cunha (1753-1758) e de d. António de Vasconcelos (1758-1764), e no último ano, 1772, de d. Francisco de Inocência de Souza Coutinho (1764-1772), referiam-se, no conjunto, basicamente a membros das tropas de linha ou auxiliares, respectivamente, 23,6% e 54,3%. As nomeações para ordenanças eram apenas 11% das nomeações, abaixo até das nomeações para cargos locais incorporados à administração militar (dembos, tendalás etc.), com 11,2%.³⁶ Além de indicar que as tropas de ordenanças e as de cargos locais ficavam mais sujeitas às demandas locais, o papel do governador nas nomeações era importante. Não se pense, no entanto, que as tropas de linha eram imunes a pressões locais. Muito pelo contrário, uma vez que o grosso delas era formado por filhos da terra. Tais indicadores, porém, foram elaborados com base em livros de registros de cartas-patentes, que contemplam 385 registros, sendo apenas 54 delas (14%) confirmações reais, incluindo oito para altos postos de ordenanças.³⁷ As 331 emitidas pelos governadores perfazem a média anual de 25,4 cartas-patentes. Estão muito além, por exemplo, da média anual de 1,8 carta-patente aludida pelos governadores de Angola entre 1785 e 1795, conforme a base de dados. Em suma, a média menor de nomeações feitas pelos governadores na base de dados, comparada à do livro de registro de cartas-patentes, sugere que nem sempre os governadores se comunicavam com o reino sobre as nomeações de postos militares. Por outro lado, confirma-se que o seu papel nas nomeações de postos militares nas conquistas era crucial.³⁸

Entre os militares, foi diferente. Embora os números sejam parcos até o último período, o assunto militar frequentemente era o mais presente em sua comunicação política, ainda que não lhes fosse exclusivo.³⁹ Como tendência geral, na conjuntura de fins do século XVIII, houve uma extrema exacerbação dos temas militares. Na corporação, porém, os postos militares foram o principal foco, principalmente entre 1785 e 1795, provavelmente pelas razões de carreira militar da atividade já aludidas, mas também devido à persistência do sistema de mercês, sobre o qual ninguém era imune.

Como se sugeriu anteriormente, no que diz respeito ao reino, o tópico principal da comunicação registrada nas câmaras é justamente este: provimentos militares (ver Tabela 6.10). Como seria de esperar, trata-se, em boa medida, de provimentos de postos de ordenanças, embora se encontrem também nomeações para oficiais com competências sobre a logística e o pagamento das tropas. Sobre os provimentos de postos de ordenanças, merece ser assinalado que a responsabilidade sobre a matéria não recaía numa única entidade. De acordo com as disposições legais que foram sendo emitidas, ao monarca e ao Conselho de Guerra cabiam a nomeação dos postos superiores dessas milícias para as terras da Coroa, enquanto em Faro e em Vila Viçosa, nas terras das Casas de Bragança e da Casa da Rainha, essa competência pertencia às entidades senhoriais. Os governadores das armas e do Algarve atinham-se sobretudo aos cargos subalternos. Importa ainda explicitar que o caso dos municípios do reino se distingue significativamente do que se encontra nos registros de correspondência do município de Luanda, nos séculos XVII e XVIII, nos quais sobressaem acima de tudo questões sobre abastecimento, provimentos de postos camarários e outros assuntos de matiz local.⁴⁰

Tabela 6.10
Tipo de assuntos das emissões para as câmaras do reino

	Total	Viana	Évora	VV	Faro	P. Delg.
Provimentos	970	227	277	110	314	42
Vários assuntos	645	144	295	124	71	11
Participações régias	150	36	27	35	45	7
Soldos e pagamentos	27	1	8	11	7	0
Total	1.792	408	607	280	437	60

Sobre outros assuntos militares, a variedade dos emissores é grande, mas valerá a pena apontar que há um acréscimo desse tipo de correspondência durante os 76 anos de guerra viva no reino apontados na Tabela 6.2. Nesses anos, o número médio anual é de três cartas para o conjunto dos municípios, enquanto para os restantes ronda, por defeito, as duas cartas por ano.

Sobre as participações régias a respeito de assuntos militares, importará cruzar os dados aqui apresentados com os resultados que se apresentam no capítulo da Difusão da Legislação para apurar com maior precisão o peso relativo da legislação emitida sobre assuntos militares. A mero título de exemplo sublinhe-se apenas que a importante, e já citada, lei de 18 de outubro de 1709, que impunha novidades significativas no processo eleitoral dos diferentes postos de ordenanças, foi registrada em todos os municípios estudados⁴¹ e que essas repetições de registro não foram filtradas na análise que aqui se fez, o que permite afirmar que o número de normas que agora apontamos (150) pecará certamente por excesso. Por outro lado, como se sabe que idêntico procedimento foi seguido em outras câmaras do reino, inferimos que a monarquia teria grande preocupação em garantir que certo tipo de legislação fosse conhecida e aplicada no conjunto do território. Tal situação indicia, assim, a importância do registro nos livros camarários como referente regulador da atuação política dos poderes municipais. E, no caso concreto da lei de 1709, isso significou o controle da discricionariedade dos oficiais camarários no processo de escolha dos postos das ordenanças pelas autoridades intermédias – os governadores das armas – e pelos órgãos centrais de governo – o Conselho de Guerra.

No que respeita às conquistas, pela Tabela 6.7 vê-se que o fluxo das correspondências enviadas pelo reino em sua imensa maioria se direcionava ao próprio reino, salvo na base relativa ao Rio de Janeiro seiscentista e dos anos iniciais do período de d. José. Assim, respondendo à pergunta colocada anteriormente sobre qual era o fluxo da comunicação gerada no reino e qual o peso dos assuntos militares nessa comunicação política, podemos responder que, ao contrário do que ocorria com a documentação do reino em que o destino final nem sempre eram as conquistas, no caso dos papéis enviados pelas conquistas (com as exceções antes mencionadas) a maioria era dirigida ao reino. Indica-se, ainda, que as conjunturas e especificidades locais de cada conquista nos assuntos militares sofriam forte influência dos ritmos dos seus respectivos governos e da própria corporação militar, pelo menos de acordo com o recorte cronológico aqui adotado.

CONCLUSÃO

Do quadro geral esboçado, pode-se afirmar que os assuntos militares tinham uma importância desigual na monarquia portuguesa, embora, no conjunto, o tema se aproximasse do quinto das questões em pauta nas correspondências. Globalmente, é possível, assim, considerar-se que constituiu uma matéria que ocupou bastante as diferentes autoridades centrais e locais, pese embora tanto os territórios metropolitanos quanto os ultramarinos terem vivido a maior parte do período considerado em situação de paz formal. Como se esperava, o peso relativo da questão militar nessas

comunicações aumenta em função das conjunturas de conflito aberto e nas regiões e localidades onde as disputas militares e fronteiriças tiveram maior atividade. No entanto, vale a pena destacar, como se viu, a especificidade de Angola, uma vez que é o território onde a questão militar assumiu de forma regular valores geralmente superiores à média do conjunto dos territórios observados.

Importa ainda sublinhar que, no que respeita aos emissores, as bases de dados demonstraram tendências distintas no reino e nas conquistas. Nestas últimas, a câmara era praticamente ausente nos tópicos militares em sua interlocução com o Conselho Ultramarino e com o rei. Tudo indica que governadores e militares foram os que mais se dedicaram ao assunto, mas com fins diferentes. Os governadores eram mais voltados a questões de logística e de administração militar, o que certamente se relaciona, em muitos casos, ao fato de serem capitães-generais. Os militares, por outro lado, por estarem imbuídos no sistema de mercês do qual as promoções na carreira faziam parte. O serviço militar era, também, um serviço ao rei passível de remuneração, mas capitaneada nas conquistas pelos governadores capitães-generais. As ordenanças, porém, pareciam sair da alçada dessa esfera, sendo muito mais sucetíveis a forças locais.

No reino, as câmaras registravam, sobretudo, comunicação emanada de Lisboa (c. de 40%), fosse ela do monarca ou de outros organismos centrais nos quais se podem incluir os tribunais superiores das Casas de Bragança e da Rainha. Seguem-se-lhe os governadores e autoridades militares, com cerca de um terço do total. O assunto predominante foi o provimento de cargos, no qual, recorde-se, os corpos de ordenanças têm significativo destaque. A esse propósito, o contraste com o que ocorria nas conquistas merece ser assinalado, pois, de acordo com estas evidências, parece que no reino os municípios foram perdendo espaço de decisão sobre esse tipo de nomeações. A reconhecida relevância desses postos na definição das hierarquias locais sugere, assim, que a monarquia tenha estendido a capacidade de imposição das suas taxinomias aos espaços municipais. Não nos parece, porém, que o mesmo tenha ocorrido nas conquistas, ao menos na mesma intensidade, sobretudo nas ordenanças. Pressões locais, inclusive de ordem parental, sobre os governadores (capitães-generais) devem ter pesado muito mais no provimento dos postos. A definição das hierarquias atreladas aos assuntos militares nas conquistas era muito mais autónoma. Decerto que no Setecentos as reformas intensificadas no período pomalino podem ter alterado o ritmo das decisões, especialmente a organização das tropas com base nos parâmetros militares imprimidos pelo conde Lippe ao Exército português. O conde Lippe, contratado em 1762, tinha a incumbência de modernizar o Exército português, considerado, na época, um dos menos eficazes da Europa.⁴² Todavia, por mais que tenha havido alterações decorrentes de tal modernização, em Angola, por exemplo, em plena política de territorialização pomalina, calçada no povoamento e no reforço dos militares, em fins dos anos 1780, um militar de carreira, Elias Alexandre da Silva Correia, saído do Brasil para galgar postos militares, asseverou em seus escritos:

Quantas vezes, entre as meditações do meu estado, exclamei, depois que a prática me instruiu: Que estimação! Que caráter! Que ilusão! Capitão entre um punhado de facinorosos enfermos, e de negros sórdidos, e indigentes! Tais são os indivíduos que formam a benemérita, e honrosa corporação militar.⁴³

A par dos juízos pejorativos do militar carreirista, e não obstante as questões militares fossem capitaneadas pelos governadores setecentistas, como o Morgado de Mateus em São Paulo, tudo indica que as forças locais nas conquistas pesaram muito mais para a autonomia militar.⁴⁴ Ainda que não tenhamos clareza sobre os tipos de tropa presentes nas bases de dados, e tendo em vista as interlocuções dos governadores setecentistas nos provimentos de postos militares, talvez forças políticas locais atuais sem muito além da questão das ordenanças, mas só o desenvolvimento de pesquisas futuras trarão certezas.

NOTAS

1. Excluem-se as guerras de pacificação de súditos, inclusas no âmbito de revoltas.
2. Sobre reformas militares em outras partes da Europa, cf. Geoffrey Parker. *Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Ver um balanço sobre reformas militares na Europa moderna em Francisco Andujar Castillo. *Ejércitos y militares en la Europa moderna*.
3. O Rio de Janeiro se assemelha a São Paulo. No século XVII, elites paulistas com seus índios armados auxiliavam as guerras contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco e preavam índios no Guairá, ao Sul. John Manuel Monteiro, *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*; Silvana Alves de Godoy, "Nobreza da terra e índios na monarquia pluricontinental portuguesa (São Paulo, século XVII)". No século XVIII, tropas marchavam por razões de fronteira ao sul, sob orientações do governo do Morgado de Mateus. Heloisa Liberali Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*.
4. Entre outros, cf. para Angola: Charles Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973; John Thornton, "The Art of War in Angola, 1575-1680". *Comparative studies in society and history*. Vol. 30, n. 2, 1988; *Idem*. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. Londres: UCL Press; Nova York: Routledge, 1999; *Idem*, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*; Marina de Mello e Souza, "A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo - África central, século XVII". Para Ingrid da Silva Oliveira, "Cadornega e os principais de Angola no século XVII". Para Pernambuco: Eivaldo Cabral de Mello, *A fronteira dos mazombos, nobres contra mascates*; Pernambuco, 1666-1715; *Idem*, *O negócio do Brasil*; Thiago Krause, *Em busca da honra: Pernambuco, 1641-1683*, pp. 200-245; *Idem*, "Efigênia Angola, Francisca Muniz fora parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma

contribuição metodológica para a história colonial", v. 11, pp. 74-106; *Idem*, "Nobreza principal da terra nas Repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII", v. 3, pp. 159-240; *Idem*, "Elite das senzalas e nobreza principal da terra numa sociedade rural de Antigo Regime nos Trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1740, v. 3, pp. 241-306. Para o Ceará: cf. José Eudes Gomes, *As míscias d'el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*; *Idem*, "As armas e o governo da República: tropas locais e governação no Ceará indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720.

5. Carlos Couto, *Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídios para o estudo de sua atuação*, v. 13, n. 3, pp. 407-18; *Idem*, *Angola nos séculos XVII e XVIII*; Joseph C. Miller, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*; Catarina Madeira Santos, *Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)*; Roquinaldo Ferreira, "Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800"; Ariane Carvalho, "Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)"; M. P. Candido, *Fronteiras de esclavização: esclavitud, comercio e identidade en Benguela, 1780-1850*.
6. AHU, ACL, CU, 001, cx. 79, doc. 6.
7. Cf. Fernando Soares Costa, *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*; Miguel Dantas da Cruz, *Um Império de conflitos. O Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil*.
8. Arquivo Municipal de Viana do Castelo (AMVC), lv. 16, fl. 126vb.
9. AMVC, lv. 16, fl. 157.
10. Como salientam Maria Fernanda Bicalho e André Costa no Capítulo 3.
11. A Tabela 6.3 contém todas as correspondências incluídas na documentação depositada nos arquivos do Arquivo Histórico Ultramarino, pelo que contabiliza tanto as missivas que foram enviadas das conquistas para o reino, como as cartas que foram escritas no reino sobre as mesmas matérias.
12. Cf. Joseph C. Miller, *Way of Death*; M. P. Candido, *Fronteiras de esclavização*; Carlos Couto, *Os capitães-mores em Angola no século XVIII*; Ariane Carvalho, *Militares e militarização no reino de Angola*.
13. Pelo menos em 1763, quando Antônio de Vasconcelos, governador de Angola, recebeu notícia de um tratado de paz entre a Grã-Bretanha e "V. Majestade", de um lado, e as cortes de Espanha e França, de outro. Afirmou que, durante a guerra (Guerra dos Sete Anos), o Reino de Angola não sentiu seus "terríveis efeitos". AHU, ACL, CU, 001, cx. 47, doc. 26.
14. Silvana Alves de Godoy, "Nobreza da terra e índios na monarquia pluricontinental portuguesa".
15. Marília Santos, "Do Oriente ao Atlântico: A monarquia pluricontinental portuguesa e o resgate de Mombaça. 1696-1698", pp. 113-126.
16. Helen Osório, *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*; Fabrício Pereira Prado, *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa*; Pablo Fucé, "Transgresión y control social - Gauchos e vecinos em colonia del Sacramento a fines del siglo XVIII"; Fábio Kühn e Adriano Comissoli, "Administração

na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808)", v. 169, pp. 53-81.

17. Catarina Madeira Santos, "Um governo 'polido'...",
18. Carlos Couto, *Os capitães-mores em Angola...*; Mariana P. Candido, "Enslaving frontiers: slaves, trade and identity in Benguela (1780-1850)"; Roquinaldo Ferreira, *Cross-Cultural Exchange...*; Ariane Carvalho, *Militares e militarização...*
19. Roquinaldo Ferreira, "Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)", pp. 3-23; Ariane Carvalho, *Militares e militarização...*
20. Em tempo, "capitania de Angola" é termo raro na documentação analisada. O mais recorrente é "Reino de Angola". Igualmente, "Reino de Benguela" é uma designação frequente na documentação sobre Benguela e marca uma diferenciação geopolítica em relação a Angola. Cf. Mariana P. Candido, *Jagas e sobas no "Reino de Benguela": vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII*; sobre Benguela, ver ainda Mariana P. Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and its Hinterland*. Provavelmente o mesmo, em termos de nomenclatura política, se aplique ao Reino de Angola. Sobre "Reino de Angola", ver Ingrid Silva de Oliveira, "O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: A construção do discurso de Giovanni António Cavazzi".
21. Por sua vez, há cerca de cinquenta anos, grande parte da historiografia anglo-saxã africanista analisa, quase monotematicamente, a questão do impacto do tráfico atlântico na África, mas quase sem atentar para a administração portuguesa, talvez por considerá-la frágil na África. A "fragilidade" institucional da monarquia portuguesa era condizente com a própria moldura institucional portuguesa, como ensina Hespanha. Sobre a historiografia do tráfico, cf. nota acima, e um bom balanço recente é o de Daniel Domingues, "Brasil e Portugal no comércio atlântico de escravos. Um balanço histórico e estatístico".
22. Exceção é António Luis Ferronha, "Luanda: do primeiro município português na África Ocidental à revolta da municipalidade", pp. 491-498. Ingrid Silva de Oliveira, "Cadornega e os principais de Angola", Roberto Guedes Ferreira, "A Câmara de Luanda: um ensaio preliminar sobre a comunicação política de camaristas luandenses (séculos XVII-XVIII)". Outros autores focam o tema da cidade, não da câmara como poder político. Cf. Ildio Amaraí, "Primórdios da construção do espaço urbano de Luanda nos finais do século XVI e princípios do século XVII: o regime de doação de cháos"; J. Curto, *Alcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*; Selma Pantoja, "Três leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro no Setecentos"; Fernando A. Mourão, "A evolução de Luanda: aspectos sociodemográficos em relação à Independência do Brasil e ao fim do tráfico". Ver ainda outros trabalhos de Selma Pantoja. "Laços de afeto e comércio de escravos: Angola século XVIII", v. 1, pp. 23-42; "Redes e tramas no mundo da escravidão Atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII", v. 14, pp. 237-242.
23. Para exceções, cf. Carlos Couto, *Os capitães-mores...*; Ariane Carvalho, *Militares e militarização*.
24. AHU_ACL_CU_001, cx. 4, d. 73.
25. AHU, Avulsos Maranhão, ACL, CU, 009, cx. 4, d. 434.
26. Ver Capítulo 3.

27. AMVC, Sr. A/I_iv_01_fl. 199a.
28. AMVC, Sr. A/I_iv_01_fl. 203a.
29. AMVC, Sr. A/I_iv_03_fl. 068.
30. Cf. <http://www.iustitianaie.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=114&id_obra=74&pagina=648>
31. É sintomático dessa alteração no Setecentos que, das 39 alusões a engenheiros nas bases de dados das conquistas, 32 tenham ocorrido a partir de 1735.
32. Ver Capítulo 8.
33. Para Angola, as alusões, pelos ocupantes de cargos de governo, a assuntos militares perante o total de assuntos foram 4 em 18, em 1645-56; 30 em 58, em 1680-1700; 6 em 13, em 1725-26; 11 em 48, em 1735-36; 26 (33%) em 80, em 1755-56; 16 em 79, em 1763-64; 115 (32%) em 363, em 1785-95; totalizando 206 (31,1%) em 663. Para a Bahia, os números são 7 em 16, em 1640-60; 20 em 115, em 1680-1700; 23 em 166, em 1725-26; 12 em 75, em 1735-36; 11 em 85, em 1755-56; 10 em 31, em 1763-64; 4 em 17, em 1785-95; totalizando 96 (17,4%) em 551. Para o Maranhão, os números são 2 em 17, em 1640-60; 2 em 16, em 1680-1700; 2 em 13, em 1725-26; 1 em 6, em 1735-36; 5 em 34, em 1755-56; 8 em 46, em 1763-64; 62 (10,1%) em 609, em 1785-95; totalizando 82 (11,1%) em 741. Para Pernambuco, os números são 5 em 8, em 1640-60; 11 (14,3%) em 77, em 1725-26; 4 em 12, em 1735-36; 13 em 75, em 1755-56; 6 em 66, em 1763-64; totalizando 39 (16,4%) em 238. Para o Rio de Janeiro, os números são 7 em 28, em 1640-60; 14 em 45, em 1680-1700; 18 em 64, em 1725-26; 17 em 79, em 1735-36; 12 em 89, em 1755-56; 52 (33,2%) em 157, em 1763-64; 63 (18,4%) em 342, em 1785-95; totalizando 183 (22,8%) em 804.
34. José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo IV, pp. 516-539, citação na p. 537.
35. Para o Estado do Brasil, cf. Miguel Dantas da Cruz, *O Conselho Ultramarino e a administração militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): política, finanças e burocracia*. Parte 3. Sobre o Conselho Ultramarino e suas (perdas de) atribuições no Setecentos, ver Capítulo 3.
36. Ressalte-se que as ordenanças tinham mais função de policiamento social do que de defesa militar. Cf. para o Brasil, Tiago L. Gil, *Os infelizes transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*.
37. Ariane Carvalho, *Militares e militarização...*, p. 116ss.
38. Infelizmente, pelo silêncio, a base de dados não permite aferir com precisão os tipos de tropa, mas tudo indica que eram auxiliares ou de linha em sua grande maioria. Para o Brasil, cf. Christiane Figueiredo Pagano Mello, "Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. As capitânias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império português no Centro Sul América"; "A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais", pp. 67-85; Miguel Dantas da Cruz, *O Conselho Ultramarino*; Ariane Carvalho, *Militares e militarização...*
39. Para Angola, as alusões, pelos ocupantes de cargos militares, a assuntos militares perante o total de assuntos foram 2 em 4, em 1645-56; 8 em 10, em 1680-1700; 14 em 38, em 1725-26; 9 em 16, em 1735-36; 4 em 9, em 1755-56; 7 em 13, em 1763-64; 109 (73,2%) em 149, em 1785-95; totalizando 153 (64%) em 239. Para a Bahia, os números são 1 em 10, em 1640-60; 9 em 17, em 1680-1700; 33 em 61, em 1725-26; 88 em 116, em 1735-36; 8 em 53, em 1755-56; 49 em 65, em 1763-64; 54 (51%) em 106, em 1785-95; totalizando

- 242 (56,5%) em 428. Para o Maranhão, os números são 4 em 19, em 1640-60; 0 em 0, em 1680-1700; 10 em 20, em 1725-26; 2 em 16, em 1735-36; 3 em 8, em 1755-56; 2 em 3, em 1763-64; 51 (34,5%) em 148, em 1785-95; totalizando 72 (33,6%) em 214. Para Pernambuco, os números são 16 em 28, em 1640-60; 30 em 76, em 1725-26; 22 em 35, em 1735-36; 25 em 49, em 1755-56; 1 em 33, em 1763-64; totalizando 94 (49,2%) em 191. Para o Rio de Janeiro, os números são 2 em 15, em 1640-60; 2 em 5, em 1680-1700; 21 em 72, em 1725-26; 9 em 47, em 1735-36; 9 em 37, em 1755-56; 11 em 21, em 1763-64; 224 (56%) em 400, em 1785-95; totalizando 278 (46,6%) em 597.
40. Cf. Roberto Guedes Ferreira, *A Câmara de Luanda*, 2012.
41. ADE, IV, 071, fl. 410; ADF, IV, 08, fl. 169; AMVC, Sr. A/1, IV, 02, fl. 011v; AHMVV, RG 722, fl. 402v.
42. Christiane Figueiredo Pagano Mello, *Forças militares no Brasil Colonial: Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, p. 134.
43. Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*, v. 1, p. 14. Tal aspecto fora ressaltado por Ariane Carvalho, *Militares e militarização...*, p. 135. Para o Ceará, ver José Eudes Gomes, *As milícias d'el rey*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010; *Idem*, *As armas e o governo da República*. Para Minas Gerais oitocentista, Francis Albert Costa, *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*, p. 112; Miguel Dantas da Cruz, *O Conselho Ultramarino*, parte III.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMARAL, Ildio. "Primórdios da construção do espaço urbano de Luanda nos finais do século XVI e princípios do século XVII: o regime de doação de cháos". *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Lisboa: CNCDP, 1997.
- BELLOTTI, Heloisa Liberali. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. 2. ed. São Paulo: Secretaria de Cultura, 2007.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- CANDIDO, Mariana P. "Enslaving frontiers: slaves, trade and identity in Benguela (1780-1850)". Toronto/Ontario: York University, 2006. Tese de doutorado inédita.
- _____. *Fronteiras de esclavização: esclavitud, comercio e identidade en Benguela, 1780-1850*. México: DF, El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011.
- _____. *Jagas e súbas no "Reino de Benguela": vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII* (no prelo).
- _____. *An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and its Hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- CARVALHO, Ariane. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Seropédica/Nova Iguaçu: UFRJ/PPHR, 2014.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937, 2 v.

- COSTA, Fernando Dóres. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- COUTO, Carlos. *Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídios para o estudo de sua atuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.
- CRUZ, Miguel Dantas da. *Um Império de conflitos*. O Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.
- CURTO, J. *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2000.
- DOMINGUES, Daniel. "Brasil e Portugal no comércio atlântico de escravos. Um balanço histórico e estatístico". In: FERREIRA, Roberto Guedes (org.). *África: brasileiros e portugueses – séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- FERREIRA, Roberto Guedes. *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- _____. "O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: A construção do discurso de Giovanni António Cavazzi". Seropédica/Nova Iguaçu: UFRJ/PPHR, 2011. Dissertação de mestrado.
- _____. "A Câmara de Luanda: um ensaio preliminar sobre a comunicação política de camaristas luandenses (séculos XVII-XVIII)". In: FRAGOSO, João & SAMPALHO, António Carlos Lucá de (orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)*. *Estudos Históricos*, n. 39, 2007, pp. 3-23.
- _____. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- FERRONHA, António Luís. "Luanda: do primeiro município português na África Ocidental à revolta da municipalidade". *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, pp. 491-498.
- FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 31-71.
- _____. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa". *Tempo*, vol. 8, n. 15, 2003, pp. 11-35.
- _____. "Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, paródo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)". In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 200-245.
- _____. "Efigênia Angola. Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial". *Topoi*, v. 11, Rio de Janeiro, 2010, pp. 74-106.
- _____. "Elite das senzalas e nobreza principal da terra numa sociedade rural de Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1740". In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, pp. 241-306.

- _____. "Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro". In: FRAGOSO, João & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de & ALMEIDA, Carla (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-120.
- _____. "Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII". In: FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 3, pp. 159-240.
- FUCÉ, Pablo. "Transgresión y control social – Gauchos y vecinos en colonia del Sacramento a fines del siglo XVIII", *Tiempos Modernos*, n. 11, Espanha, 2004.
- GIL, Tiago. *Infelizes transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Parado (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- GODOY, Silvana Alves de. "Os Vaz Pedrosos de Barros e a centralidade da periferia na (re)conquista do Estado do Brasil (São Paulo, século XVII)" (mimeo).
- _____. "Nobreza da terra e índios na monarquia pluricontinental portuguesa (São Paulo, século XVII)". Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS. Qualificação de doutorado, 2014.
- GOMES, José Eudes. "As armas e o governo da República: tropas locais e governação no Ceará setecentista". In: FERREIRA, Roberto Guedes (org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidos, governos, fronteiras, poder, legados (séculos XVII-XIX)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2011, pp. 189-207.
- _____. *As milícias d'el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- HEINTZE, Beatrix. "Historical Notes on the Kisama of Angola". *Journal of African History*, v. 13, n. 3, 1972, pp. 407-18.
- _____. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Luanda: Kilibelombe, 2007.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enfiamentos correntes. In: FRAGOSO, João & BICALHO, Maria Fernanda & GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KÜHN, Fábio & COMISSOLI, Adriano. "Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808)". *Revista de História (USP)*, v. 169, 2013, pp. 53-81.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. "A Guerra e o Pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais". In: CASTRO, Celso et al. (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, pp. 67-85.
- _____. *Forças militares no Brasil Colonial: Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronteira dos mazzombos. nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1988.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOURÃO, Fernando A. "A evolução de Luanda: aspectos sociodemográficos em relação à independência do Brasil e ao fim do tráfico". In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de. "Cadornega e os principais de Angola no século XVII". In: FERREIRA, Roberto Guedes (org.). *Dinâmica imperial no Antigo Regime português*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PANTOJA, Selma. "Laços de afeto e comércio de escravos: Angola século XVIII". *Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU Impresso)*, v. 1, 2010, pp. 23-42.
- _____. "Redes e tramas no mundo da escravidão Atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII". *História Unisinos*, v. 14, 2010, pp. 237-242.
- _____. "Três leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro no Setecentos". In: PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.
- SANTOS, Catarina Madeira. "Um governo 'polido' para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)". Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2006. Tese de doutorado.
- SANTOS, Marília. "Do Oriente ao Atlântico: A monarquia pluricontinental portuguesa e o resgate de Mombaça. 1696-1698". In: FERREIRA, Roberto Guedes (org.). *Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidos, governos, fronteiras, poderes, legados*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011, pp. 113-126.
- SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e. *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785, tomo IV.
- SOUZA, Marina de Mello e. "A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo – África central, século XVII". In: FERREIRA, Jerusa Pires & AREAS, Vítima (orgs.). *Maryse Meyer nos caminhos do imaginário*. São Paulo: Edusp, 2009.
- THORNTON, John. "The art of war in Angola, 1575-1680". *Comparative studies in society and history*, v. 30, n. 2, 1988
- _____. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. Londres: UCL Press; Nova York: Routledge, 1999.
- _____. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.